

-----**Ata n.º 2/2015**-----

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, nesta vila de Mesão Frio, reuniu a Assembleia Municipal, em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto 1.PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº2, alínea c);-----

Ponto 3.Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo – proposta de aprovação;-----

Ponto 4. Errata ao Volume 2 da alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro – proposta de aprovação;-----

Ponto 5.Comunicação dos Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com encargos plurianuais, ao abrigo da autorização genérica concedida a 27/11/2014 – tomar conhecimento;-----

Ponto 6.Certificação Legal de Contas – Nomeação do Auditor Externo – proposta de nomeação para aprovação do Auditor Externo (C&R Ribas Pacheco SROC para o período temporal de 2014 – 2017 inclusive – proposta de nomeação;-----

Ponto 7. Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2014 – Inventário dos Bens Direitos e Obrigações Patrimoniais - apreciação e votação;

Ponto 8. Período aberto ao público.-----

Presentes os senhores, Carlos Alberto Esteves Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a reunião às vinte e uma horas e nove minutos, Anabela Valério Marrafa de Macedo, 1ª secretária, Luís Miguel Silva Marques, 2º secretário, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro, André Filipe Miranda Monteiro, José Eduardo Branco dos Santos, Jorge Filipe Portela, Francisco Guedes Moreira, António César Vicente Nunes, Pedro Miguel Alves Poças, Vítor Miguel Barros da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia, Ana Filipa Amaral Pinheiro (PS), Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Bruno Miguel Monteiro de Carvalho, Sílvia Andreia Duarte Pereira Correia, Joaquim Carvalho Saraiva (em substituição do membro Cristina Perpétua Martins de Oliveira Barros) e Lisa Maria de Oliveira Martins (PPD/PSD).-----

Presentes os senhores, Alberto Monteiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Teixeira da Silva, Cristina Isabel de Almeida Guedes Major (P.S.), Marco António Peres Teixeira da Silva e António José Teixeira (P.S.D) vereadores. -----

Falta justificada: Cristina Perpétua Martins de Oliveira Barros.-----

Ponto um: Período de antes da ordem do dia.-----

Iniciada a sessão, foi realizada uma cerimónia simbólica de distribuição de um laço azul entre os elementos da assembleia municipal homenageando as vítimas de maus tratos na infância.-----

O Sr. Presidente da CM, conjuntamente com o ex-presidente da Câmara Municipal, Dr. Marco António Peres Teixeira da Silva, e com o vereador Paulo Jorge Teixeira da Silva, em representação do ex-presidente da Câmara Municipal, António da Natividade da Silva, fez o descerramento de três retratos dos últimos presidentes da Câmara Municipal de Mesão Frio, no âmbito das comemorações dos quarenta e um anos de liberdade. Os retratos são da autoria do artista plástico local José Luís Paiva Cortez.-----

O Sr. Presidente da reunião colocou à votação a ata número dois de dois mil e quinze, que foi aprovada por maioria, com a abstenção do membro Joaquim Carvalho Saraiva, por não ter estado presente na última reunião. -----

Foi dada a conhecer a moção enviada pelo Presidente de Assembleia Municipal de Viseu, que se anexa a esta ata.-----

Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº2, alínea c).-----

O Sr. Presidente da CM deu os parabéns à comissão de proteção de crianças e jovens pelo trabalho desenvolvido tendo culminado na cerimónia realizada nesta sessão e informou que: reuniu com o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Peso da Régua e com a empresa Douro Azul no sentido de se encontrar uma solução para o espaço termal das Caldas do Moledo; reuniu com o Ministro do Ambiente a propósito do abastecimento de água e respetivos custos; reuniu com um representante dos Comboios de Portugal para desenvolvimento de um possível plano de intervenção na estação da Rede; reuniu com um representante da EDP, de forma a articular as obras eletrificação do parque de estacionamento e o fornecimento de energia elétrica em Barqueiros e no restante concelho em alturas de intempérie. Informou ainda de que foi assinado o contrato de execução do saneamento do cemitério e apresentou o relatório financeiro. ---

A Sr.^a deputada Lisa Martins, questionou novamente o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mesão Frio sobre o processo litigioso que opõe o Município e a empresa Águas de Trás- os- Montes e Alto Douro, tendo o Sr. Presidente da Câmara remetido explicações para o Sr. Deputado Carlos Pombo, o qual reconheceu que estaria à vontade para prestar esclarecimento, uma vez que teve intervenção no mesmo e era conhecedor do processo. Esclareceu então, que o dito processo foi intentado contra vários municípios da CIM Douro, tendo sido apresentado o respetivo plano de pagamento, o qual foi cumprido pela Câmara Municipal (CM) de Mesão Frio, o que, tudo indica, não sucedeu com outras Câmaras Municipais envolvidas, nem diretamente, nem através da CIM Douro. Referiu ainda que a Empresa em causa já reconheceu que a Câmara Municipal de Mesão Frio não tem qualquer responsabilidade neste processo, a qual, contactada pela CM de Mesão Frio, assumiu as responsabilidades no processo. Acrescentando ainda que nesta situação, como em toda a restante atividade, a CM de Mesão Frio continua a diminuir a sua dívida e que não entende as opiniões contrárias.---

O Sr. Deputado Joaquim Saraiva referiu que diminuição da dívida é uma imposição legal, não tendo esta Câmara feito mais do que a sua obrigação e que, quando as receitas diminuem, também as despesas devem diminuir, designadamente as que se relacionam como pessoal desnecessário, principalmente ao nível dos cargos políticos, dando desse modo a garantia de que o dinheiro público está a ser bem aplicado. -----

O Sr. Deputado Carlos Pombo, respondendo à intervenção do Sr. Deputado Joaquim Saraiva, referiu que, na verdade, este executivo estaria obrigado a diminuir a dívida, porém, recordou-lhe que a dívida herdada pelo anterior executivo, em 2009, que também inclui encargos assumidos e não pagos, atinge doze milhões de euros, valor muito superior à capacidade de endividamento do município, pelo que, tendo o executivo de então ultrapassado tal limite, o município foi penalizado, designadamente nas transferências estatais, mas que, mesmo assim, este executivo, com muito esforço, tem conseguido baixar a dívida. Estanhou, por isso, que o referido Deputado pretenda desvalorizar o facto deste executivo ter conseguido baixar a dívida, apesar das receitas terem diminuído, porque se limitou a cumprir a lei, e não penalizar ou criticar a ação do anterior executivo PSD por ter violado a lei, em prejuízo das finanças do município.-----

O Sr. Deputado Pedro Poças referiu o enorme investimento realizado por este executivo no Âmbito social: transporte e livros, refeições das crianças, apoios à CPCJ. -----

O Sr. Presidente da CM informou que dois mil e catorze foi o ano em que menos se investiu, mas que, mesmo assim, investiu-se mais que em dois mil e nove, apesar de se ter começado a fazer o pagamento do endividamento. Por outro lado, a dívida baixou o dobro do que se exige por lei. A CM de Mesão Frio foi a única câmara, de entre oitenta e três, a executar todos os projetos com verbas atribuídas. No ano de dois mil e catorze, houve investimento na administração, piscinas, claustros e obras no cemitério. No que diz respeito aos custos com o pessoal, as transferências da tutela diminuíram, por força do não pagamento dos subsídios de férias, e que, apesar de o tribunal constitucional ter decidido mandar repor esses subsídios, o que foi cumprido, a tutela não transferiu as verbas respeitantes a esses mesmos subsídios, o que originou o aumento da dívida com o pessoal.-----

DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.-----

3. Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo – proposta de aprovação.-----

A proposta apresentada possibilita apoiar um total de vinte e cinco alunos. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.-----

4. Errata ao Volume 2 da alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro – proposta de aprovação;-----

A errata vem corrigir uma alteração já aprovada, no entanto não se encontrava registada no documento apresentado. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.-----

5. Comunicação dos Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com encargos plurianuais, ao abrigo da autorização genérica concedida a 27/11/2014 – tomar conhecimento.-----

DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.-----

6. Certificação Legal de Contas – Nomeação do Auditor Externo – proposta de nomeação para aprovação do Auditor Externo (C&R Ribas Pacheco SROC para o período temporal de 2014 – 2017 inclusive – proposta de nomeação.-----

O Sr. Presidente da CM informou que a partir de dois mil e catorze as Câmaras Municipais devem apresentar as contas revistas por um revisor oficial de contas. Foram solicitados três orçamentos, sendo a proposta em análise a que apresenta um valor mais acessível.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria, com catorze votos a favor dos membros do PS e cinco abstenções dos membros do PSD.-----

7. Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2014 – Inventário dos Bens Direitos e Obrigações Patrimoniais - apreciação e votação. ----

O Sr. Presidente da CM informou que as contas apresentadas foram as primeiras a ser revistas, verificando-se a diminuição das receitas das despesas e da dívida. Apresentou ainda os valores comparativos com dois mil e catorze.-----

O Sr. Deputado Joaquim Saraiva referiu relativamente aos custos com o pessoal que o número de funcionários diminuiu, mas, estranhamente, aumentaram os custos. O executivo apresentou a bandeira de acabar com os cargos político, mas o que fez foi aumentá-los, o que ainda não foi explicado. Acrescentou ainda que a antecipação de rendas, designadamente a antecipação da totalidade das rendas a pagar pela empresa Agua Trás-os-Montes e Alto Douro ao Município, mais não faz do que hipotecar o futuro do Município e que as contas apresentadas pelo executivo, sobre a dívida recebida, não são sérias, uma vez que, intencionalmente, não consideram as receitas existentes no momento. -----

O Sr. Deputado Carlos Pombo referiu que o assunto dos pretensos custos com os cargos políticos já tinha sido abordado numa anterior reunião da Assembleia Municipal e, então, tudo ficou devidamente esclarecido e demonstrado de que os mesmos, a final, tinham diminuído e não aumentado como referiu o Sr. Deputado Joaquim Saraiva. Justificou a confusão do Sr. Deputado com o facto do mesmo não ser membro efetivo desta Assembleia pelo que não participou nessa reunião. Ainda assim, considerou que não poderemos renovar discussões sobre questões que já não suscitam quaisquer dúvidas. Referiu ainda que o aumento com as remunerações resulta das conhecidas decisões do tribunal constitucional relativas às reduções remuneratórias, e subsídios, que determinaram a reposição dos respetivos valores, bem como a atualização do salário mínimo nacional. -----

DELIBERAÇÃO: Foi apreciado e aprovado por maioria, com catorze votos a favor dos membros do PS e cinco abstenções dos membros do PSD.-----

8. Período aberto ao público.-----

Não houve intervenções.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela vinte e duas horas e vinte e sete minutos.-----

O Presidente da Assembleia

(Carlos Alberto Esteves Miranda)

A Primeira Secretária

(Anabela Valério Marrafa Macedo)

O Segundo Secretário

(Luís Miguel Silva Marques)